



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.359/2013

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar mandato de Conselheiros Tutelares, seus suplentes e dá outras providências”

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou, e eu, Presidente da Câmara Municipal, face à sanção tácita, nos termos do art. 52 parágrafo 3º, da Lei Orgânica Municipal, **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar o mandato dos atuais conselheiros tutelares, pelo prazo de três anos, sem alteração de seus vencimentos, contando-se este prazo a partir do vencimento de seu último dia no mandato anterior.

Parágrafo Único – A prorrogação a que se refere o caput deste artigo estende-se, da mesma forma como foram eleitos, aos suplentes dos atuais conselheiros tutelares.

Art. 2º - As despesas de execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas constantes do orçamento do presente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/2012, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO
DO ANO DOIS MIL E TREZE. (07/02/2013)

Ver. RENATO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente